



INDÚSTRIA DE RAÇÕES EM TRANSIÇÃO

ARIOVALDO ZANI ANALISA 2025, PROJETA 2026 E DISCUTE
COMO TECNOLOGIA, REGULAÇÃO E CLIMA REDESENHAM O
MERCADO DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO BRASIL

CAMILA SANTOS
camila@dc7comunica.com.br

Em um ano marcado por pressões sanitárias, instabilidades geopolíticas, mudanças regulatórias profundas e crescente demanda global por proteína animal, a indústria brasileira de alimentação animal manteve ritmo de expansão e reforçou sua resiliência. Para entender como o setor atravessou 2025 – da adaptação ao novo Decreto da Alimentação Animal ao impacto do tarifaço norte-americano – e o que esperar para 2026, conversamos com **Ariovaldo Zani**, médico-veterinário, CEO do Sindirações e um dos nomes mais influentes na agenda de sustentabilidade e insumos agropecuários do país.

A seguir, Zani analisa desempenho, custos, inovações, riscos climáticos e regulatórios e projeta os desafios que devem moldar o futuro da nutrição animal no Brasil.

Feed&Food - Como você avaliaria a demanda por rações em 2025 comparada a 2024? *Ariovaldo Zani* - A cadeia de proteína animal mantém elevado nível de resiliência sistêmica, sustentada por ganhos de eficiência zootécnica, padronização nutricional e avanço nas tecnologias de produção e, a despeito das barreiras tarifárias recentemente impostas por mercados externos, nosso parque industrial preservou competitividade exportadora e robustez operacional.

Em meio às pressões econômicas e sanitárias, a produção da indústria de alimentação animal respondeu com eficiência e garantiu o abastecimento necessário à produção pecuária nacional.

De janeiro a setembro, foram produzidas 66,5 milhões de toneladas de rações, crescimento de 2,0% em relação ao mesmo período de 2024, enquanto a previsão é totalizar quase 90 milhões de toneladas (exceto suplementos minerais) durante o ano de 2025 e avançar 2,8% sobre o montante apurado no ano passado.

Quais foram os principais fatores que afetaram o custo de produção de ração

em 2025? O custo hipotético das rações avançou por conta da valorização do milho, durante o primeiro trimestre de 2025. A partir de abril, o cenário estabelecido tem revelado certo alívio no custo de produção da pecuária.

Teve falta de insumos ou rupturas de fornecimento em 2025? Quais? A vigência do novo Decreto da Alimentação Animal – que se deu em julho de 2025 – continua demandando adaptação do setor às inovações determinadas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal/DIPOA, principalmente no que se referiu à rotina regulatória voltada à importação dos insumos essenciais à produção de rações, concentrados, núcleos, pré-misturas, suplementos, etc. Por conta da disrupção, ambos os setores, público e privado, têm dialogado positivamente para elaboração da solução (dilação do prazo de transição para registro de fabricantes estrangeiros) necessária à mitigação da interrupção repentina no abastecimento, a fim de continuar assegurando a produtividade zootécnica e a competitividade da proteína animal brasileira na arena comercial internacional.

Que inovações tecnológicas ou de formulação foram implementadas em 2025 e qual foi o impacto? Importante salientar a continuidade das já tradicionais estratégias nutricionais com influência direta na fermentação e baseadas nos ionóforos, probióticos, leveduras, óleos essenciais e gorduras insaturadas, dentre outros, afora a manipulação da microbiota ruminal com mistura de nitrato e álcool de base biológica, capaz de inibir os microrganismos metanogênicos e reduzir em até 30% a emissão relativa do metano.

Como a pressão por sustentabilidade e rastreabilidade deve afetar o mercado de ração em 2026? Diante da crise climática, sustentabilidade e rastreabilidade contextualizam o paradoxo de um Brasil bem ranqueado nos palanques da causa e da so- ►

lução. Tal como indústrias, transportes e a matriz energética fóssil, a agricultura faz parte do conjunto de atividades antropogênicas que impulsionam o aquecimento global. Porém, diferentemente da caricatura negativa muitas vezes projetada, a agropecuária brasileira há tempo se engajou em práticas sustentáveis, tais como a produção de biocombustíveis renováveis, a recuperação de pastagens degradadas, a integração lavoura-pecuária-floresta, a regularização ambiental e o reflorestamento. Esses avanços tornaram o país vitrine mundial de soluções agrícolas tropicais, conquanto o compromisso firmado na COP 26 de reduzir em 30% as emissões de metano até 2030 expõem a pecuária ao amplo escrutínio internacional.

A fermentação entérica dos ruminantes, fator relevante dessas emissões, tornou-se alvo de políticas de mitigação, mesmo diante da complexidade de sistemas produtivos diversos e da realidade socioeconômica de países em desenvolvimento. O risco é o Brasil transformar-se em vidraça, pressionado por regras que, em muitos casos, mascaram disputas comerciais e protecionismo e faz emergir o binômio mitigação e adaptação como chave da transição.

A mitigação implica, por exemplo, reduzir emissões por meio da nutrição balanceada, sistemas integrados de produção e aditivos que alteram a microbiota ruminal com potencial de cortar em até 30% a emissão relativa de metano, enquanto que a adaptação diante de estiagens severas, enchentes recorrentes e novas pressões sobre cultivos e rebanhos depende da adoção de práticas que aumentem a eficiência e reduzam vulnerabilidades climáticas.

Quais mudanças regulatórias ou políticas em 2025 mais influenciaram o negócio e o que se espera para 2026? Importante salientar que o desempenho da indústria de alimentação animal brasileira é modulado pelo vigor da cadeia produtiva de proteína animal. Sob o ponto de vista comercial, o tarifaço “estadunidense” (e contingencialmente a ferramenta de pressão comercial ou Seção 301 utilizada pelo USTR/ Escritório do Representante Comercial dos EUA) desorganizou as cadeias globais de suprimentos, desestabilizou



“A EFICÁCIA DA BIOSSEGURIDADE, ESPECIALMENTE DIANTE DA AMEAÇA CONSTANTE DA INFLUENZA AVIÁRIA, É OUTRO PONTO QUE EXIGE ATENÇÃO REDOBRADA”

mercados e acentuou vulnerabilidades decorrentes da concentração das exportações em poucos destinos. A imposição dessas tarifas, principalmente sobre a carne bovina e sebo, café, açúcar, frutas, pescados, etanol e madeira (além do aço, alumínio, têxteis, aviões, etc.), prejudicou o desempenho exportador brasileiro e reduziu a competitividade frente aos outros fornecedores, como Argentina, Austrália, Indonésia, Vietnã, etc. Em resposta, o setor privado diversificou mercados consumidores e formulou estratégias para mitigar os impactos. Ato contínuo, em novembro a Ordem Executiva Americana retirou a tarifa de 40% sobre a carne bovina e café, dentre outros. Todavia, o tarifaço (se persistente ainda em 2026) continuará prejudicando as remessas brasileiras de tilápia e ovos aquele destino, além das mercadorias classificadas no Capítulo 23 da Tarifa Externa Comum/TEC, ou seja, as preparações para alimentação animal.

Durante o ano de 2025 e o vindouro 2026, decerto, continuaremos enfrentando desafios decorrentes de eventos naturais cada vez mais intensos, como secas prolongadas, inunda-

ções devastadoras e a recorrência de fenômenos climáticos como La Niña. Some-se a isso a pressão de fatores externos, incluindo o avanço do ativismo radical materializado em normas como European Union Deforestation Rules/EUDR, Carbon Border Adjustment Mechanism/CBAM e a Cláusula de Salvaguarda relacionada ao acordo União Europeia/Mercosul. A volatilidade cambial e dos preços de commodities alimentares – cereais, oleaginosas, aditivos – e energéticas, como petróleo, DDG e biodiesel, adiciona incerteza às cadeias produtivas. O cenário geopolítico, marcado por conflitos que afetam fluxos globais de suprimentos, também impõe riscos relevantes. No plano doméstico, as emissões resultantes de desmatamento, queimadas e a implementação do controverso Plano Clima tornam-se fatores críticos. A eficácia da biossegurança, especialmente diante da ameaça constante da influenza aviária, é outro ponto que exige atenção redobrada. Persistem ainda deficiências estruturais no transporte rodoviário, na logística e no armazenamento, agravadas por questões como a tabela de frete. O déficit fiscal pressiona a Selic, a curva futura de juros e o IPCA, afetando custos de produção e investimentos. A chamada “tempestade de regras”, envolvendo reforma tributária, logística reversa de embalagens, autocontrole e bioinsumos aumenta a complexidade regulatória. Por fim, medidas de defesa comercial – como alterações em alíquotas de importação e ações antidumping – influenciam diretamente a competitividade do setor.

Qual a projeção para preços e volumes de vendas? O Sinciradoções evita quaisquer condutas que possam atentar contra a livre concorrência e atua em consonância com a Lei de Defesa da Concorrência, o Departamento de Proteção e Defesa Econômica, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Ou seja, não coleta informações e sequer opera com preços atuais e futuros, participações de mercado, custos, níveis de produção, planos de marketing, planos de crescimento, política de descontos, etc.

Em relação aos volumes de rações e concentrados a serem produzidos, a expectativa para 2026 é superar 93 milhões de toneladas. ■